



MUNICÍPIO DE AZAMBUJA
Câmara Municipal
EDITAL N.º 67/2012

---Joaquim António Ramos, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja.-----
---Torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 91 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 28 de Agosto de 2012.-----

APROVAÇÃO DE ATAS

---A ata da reunião ordinária realizada no dia 24 de Abril de 2012 foi aprovada, com seis votos a favor (PS+CDU) e uma abstenção da Senhora Vereadora Marina Correia (Grupo PS).-----
---A ata da reunião ordinária realizada no dia 22 de Maio de 2012 foi aprovada, com seis votos a favor (PS+CDU) e uma abstenção da Senhora Vereadora Marina Correia (Grupo PS).-----

ORDEM DO DIA

---1. Protocolos:-----

---1.1. PROPOSTA Nº 50/P/ 2012: -----

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----
---"Considerando que:-----
---O Município é proprietário da Igreja do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, sita nas Virtudes, freguesia de Aveiras de Baixo, concelho de Azambuja;-----
---A recente recuperação efetuado no edifício permitiu dotá-lo de grande polivalência, devolvendo a sua utilização à população;-----
---Desde tempos imemoriais o edifício teve sempre um carácter sagrado, a Câmara Municipal a paróquia e a Associação Cultural e Recreativa das Virtudes, desenvolveram vários esforços no sentido do edifício reunir condições necessárias para a prática do culto litúrgico e, assim, servir a população";-----
---"Proponho:-----
---Que a Câmara Municipal delibere, ceder à Paróquia de Nossa Senhora do Rosário - Aveiras de Baixo, a utilização da igreja do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes para a realização do culto religioso por ocasião dos festejos anuais em honra de Nossa Senhora das Virtudes, nos termos e condições do protocolo que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante".-----

---PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO-----

---"Entre:-----

---O MUNICÍPIO DE AZAMBUJA, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim António de Sousa Neves Ramos, adiante designado por Município;-----

---E a-----

---PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ROSÁRIO – AVEIRAS DE BAIXO, representada pelo seu Rev. Padre António de Barros Cardoso, adiante designada Paróquia,-----

---E considerando que,-----

---A Câmara Municipal de Azambuja procedeu à recuperação da igreja do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, monumento classificado como de Interesse Municipal;-----

---A requalificação efetuado ao edifício permitiu dotá-lo de grande polivalência, devolvendo a utilização à população;-----

---Sem prejuízo, e atento o carácter sagrado e a dimensão litúrgica que, desde tempos imemoriáveis, envolveram o local, a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver, em articulação com a paróquia e a Associação Cultural e Recreativa das Virtudes, as obras necessárias com vista a devolver ao espaço interior da igreja a dignidade inerente à celebração da eucaristia, dotando-o de um altar e de outros símbolos e insígnias religiosas e alguns objeto de culto na sala principal; -----

---Se reúnem as condições necessárias para, de forma digna, se proceder à prática do culto litúrgico e servir a população da localidade, empenhando-se a Câmara Municipal em preservar a dignidade do local para esse fim. -----

---É celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes: -----

---Cláusula Primeira -----

---1.O Município, na qualidade de proprietário da igreja do Mosteiro de Santa Maria das Virtudes, cede a sua utilização à Paróquia para a realização do culto religioso por ocasião dos festejos anuais em honra de Nossa Senhora das Virtudes. -----

---2.A cedência é extensível a outras celebrações religiosas de especial relevância durante o calendário litúrgico, designadamente por ocasião da Páscoa e do Natal. -----

---3.A Paróquia deverá comunicar ao Município a realização de quaisquer cerimónias com a antecedência de duas semanas em relação à data da sua realização. -----

---Cláusula Segunda -----

---Os atos logísticos e de carácter administrativo inerentes à boa gestão do edifício são da responsabilidade do Município ou de quem este designar. -----

---Cláusula Terceira -----

---Com a outorga do presente protocolo o Município de Azambuja disponibiliza à Paróquia chaves que permitem o aceso ao interior do edifício". -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º50/P/2012 foi aprovada por unanimidade. -----

---**1.2.PROPOSTA N.30/VP/2012:** -----

---O Senhor Vice-Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

---"Considerando que: -----

---O Município é proprietário de um prédio urbano sito na freguesia e concelho de Azambuja, inscrito na matriz sob o artigo 4748 e registado na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 229; -----

---A CERCÍ – Flor da Vida tem vindo a utilizar uma sala do imóvel supra identificado para a realização de formação na área das artes decorativas; -----

---Que compete à Câmara Municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alíneas a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apoiar atividades de interesse municipal promovidas por organismos legalmente existentes. -----

---"Proponho: -----

---Que a Câmara Municipal delibere, ceder à CERCÍ-Flor da Vida, a utilização e fruição de uma sala do imóvel identificado, nos termos e condições do protocolo que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante". -----

---"PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO DE SALA -----

---ENTRE, -----

---O MUNICÍPIO DE AZAMBUJA, adiante designado por MUNICÍPIO, com sede na Praça do Município, n.º19, 2050-315 Azambuja, com o NIPC 506 821 480 aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim António Ramos, com poderes para o acto, -----

---e -----

---CERCÍ, FLOR DA VIDA, adiante designado por CERCÍ, com sede na Quinta das Rosas, freguesia e concelho de Azambuja, com o NIPC 501 066 152, aqui representada pelo seu Presidente, o Senhor Carlos Alberto Afonso Neto, com poderes para o ato, -----

---É celebrado o presente Protocolo que se rege pelas Circunstâncias e Cláusulas seguintes: -----

---CIRCUNSTÂNCIAS:-----

---I.Considerando que o MUNICÍPIO é proprietário de um prédio urbano sito na Quinta do Valverde, freguesia e concelho de Azambuja, inscrito na matriz sob o artigo 4748, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o número 229;-----

---II.Considerando que a CERCI tem dificuldades na obtenção de um espaço que permita dar formação na área das artes decorativas;-----

---III:Que o imóvel propriedade do MUNICÍPIO dispõe de uma sala, que reúne condições para ser utilizada pela CERCI;-----

---IV.Considerando que o MUNICÍPIO não necessita de utilizar a totalidade do referido imóvel; ---

---V.Considerando que é do interesse do MUNICÍPIO e da CERCI unir esforços com vista a prosseguir atividades de interesse social para a população da freguesia.-----

---CLÁUSULAS:-----

---PRIMEIRA-----

---(Objecto e Âmbito)-----

---1.O MUNICÍPIO cede a utilização de uma sala do imóvel supra identificado à CERCI para o desenvolvimento da formação na área das artes decorativas, ficando expressamente proibido o desenvolvimento de qualquer outra atividade, não podendo por isso a CERCI dar-lhe outro uso sem autorização expressa e escrita do MUNICÍPIO.-----

---2.As partes desde já acordam que a utilização do prédio será efetuada nas condições em que este se encontra atualmente, e que é do conhecimento de ambas as partes.-----

---SEGUNDA-----

---(Prazo de Utilização)-----

---1.O presente Protocolo entra em vigor no dia da sua outorga e vigorará até que seja denunciado por qualquer uma das partes, e sem necessidade de invocação de justificação.-----

---2.Para efeitos do número anterior a parte interessada em fazer cessar os efeitos do presente Protocolo, deverá notificar a outra com antecedência de 60 dias, por meio de carta registada com aviso de receção, estabelecendo-se para o efeito a entrega da sala, devoluta de pessoas e bens.-----

---TERCEIRA-----

---(Consumos)-----

---A CERCI compromete-se a manter o espaço cedido limpo e em bom estado de conservação, sendo responsável pelas despesas como consumo de água, saneamento, gás, energia elétrica e comunicações.-----

---QUARTA-----

---(Obras e Regime das Benfeitorias)-----

---Quaisquer obras de conservação ordinária, extraordinária e de beneficiação realizadas pela CERCI, terão que ser previamente autorizadas por escrito pelo MUNICÍPIO, não podendo ser exigido quaisquer quantias a título indemnizatório ou compensatório pela realização das mesmas.-----

---QUINTA-----

---(Incumprimento)-----

---O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações que para elas resultam deste Protocolo, não estando o mesmo sanado no prazo de 30 dias após a sua verificação e respectiva notificação, confere à parte não faltosa a faculdade de o fazer cessar, unilateralmente e de imediato.-----

---SEXTA-----

---(Detenção)-----

---A utilização do espaço aqui acordada apenas atribui à CERCI a qualidade de mero detentor, não lhe conferindo assim, de modo algum, seja a que título for, a posse do mesmo".-----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º30/VP/2012 foi aprovada por unanimidade.-----

---1.3. PROPOSTA N.07/VAMF/2012:-----

---A Senhora Vereadora apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"CONSIDERANDO QUE:-----

---a)Constitui atribuição do Município promover a realização de atividades de enriquecimento curricular, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho;-----

---b)O Município assumiu a competência de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular através do respetivo Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação; -

---c)O Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de maio, na redação do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, prevê a possibilidade de se estabelecerem parcerias com vista à oferta de atividades extracurriculares;-----

---d)A CERCI é uma instituição particular de solidariedade social que conta com larga experiência na oferta de formação aos seus utentes", -----

---"PROPONHO:-----

---Que a Câmara Municipal de Azambuja, no uso das competências previstas nas supra citadas disposições legais, delibere aprovar o Protocolo de Colaboração com a CERCI – Flor da Vida, com vista ao desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) nos estabelecimentos de ensino do Município de Azambuja, durante o ano letivo de 2012-2013".-----

---"PROTOCOLO DE PARCERIA -----

---Entre:-----

---O Município de Azambuja, adiante designado por Município, aqui representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim António Neves Ramos, -----

---e-----

---A CERCI – Flor da Vida, contribuinte fiscal n.º....., com sede em ..., adiante designada por CERCI e aqui representada pelo Presidente da Direção, Carlos Alberto Afonso Neto,-----

---E considerando que:-----

---e)Constitui atribuição do Município promover a realização de atividades de enriquecimento curricular, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho;-----

---f)O Município assumiu a competência de implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular através do respetivo Contrato de Execução celebrado com o Ministério da Educação; -

---g)O Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de maio, na redação do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, prevê a possibilidade de se estabelecerem parcerias com vista à oferta de atividades extracurriculares;-----

---h)A CERCI é uma instituição particular de solidariedade social que conta com larga experiência na oferta de formação aos seus utentes, -----

---É celebrado o presente protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

---Cláusula Primeira-----

---Objeto-----

---Pelo presente protocolo é estabelecida uma parceria entre o Município e a CERCI com vista ao desenvolvimento das atividades de enriquecimento curricular (AEC) nos estabelecimentos de ensino do Município de Azambuja, incluindo:-----

---a)Componente de Apoio à Família no ensino pré-escolar;-----

---b)Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico nas escolas do Município de Azambuja.-----

---Cláusula Segunda-----

---Planificação das atividades-----


---Compete ao Município elaborar, em articulação com os agrupamentos de escolas, a planificação das AEC a serem desenvolvidas nos estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, incluindo:-----

---a)Definir as AEC que serão desenvolvidas em cada estabelecimento de ensino;-----

---b)Definir os horários de cada atividade;-----

- c) Definir as instalações e os locais onde as AEC decorrerão. -----
- Cláusula Terceira -----
- Disponibilização de recursos humanos-----
- 1. Para os efeitos do disposto no n.º 29 do Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de maio, na redação do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho, é da responsabilidade da CERCÍ disponibilizar os recursos humanos necessários ao funcionamento das AEC, incluindo os técnicos e o coordenador das AEC, de acordo com a planificação efetuada nos termos da cláusula segunda, sem prejuízo do disposto no número seguinte. -----
- 2. É da competência do Município verificar previamente que os técnicos das AEC reúnem as condições estabelecidas no Capítulo III do "Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico" publicado em anexo ao Despacho n.º 14.460/2008, de 15 de maio, na redação do Despacho n.º 8683/2011, de 28 de junho. -----
- Cláusula Quarta -----
- Coordenação-----
- Ao coordenador das AEC compete: -----
- a) Efetuar o controlo de assiduidade dos técnicos; -----
- b) Promover a substituição dos técnicos nos casos de desistência ou abandono de funções, bem como no caso de impossibilidade temporária de assegurar a realização da AEC a que está afeto, de entre a lista de técnicos inscritos para a prestação do serviço; -----
- c) Acompanhar as atividades e participar na avaliação das AEC, através da elaboração de um relatório no final de cada trimestre escolar sobre a atividade desenvolvida. -----
- Cláusula Quinta -----
- Retribuição-----
- 1. Ao coordenador será paga uma retribuição mensal no valor de € 1.373,14. -----
- 2. Aos técnicos afetos ao desenvolvimento das AEC é devida uma retribuição de €12 por cada hora de serviço efetivamente prestado. -----
- 3. Aos valores referidos nos números anteriores poderá acrescer o pagamento do IVA nos casos em que o mesmo venha a aplicar-se. -----
- Cláusula Sexta -----
- Financiamento-----
- 1. O Município transferirá, até ao último dia útil de cada mês, a verba estimada para satisfazer os encargos com a prestação de serviços relativa a esse mês. -----
- 2. A CERCÍ procederá, mensalmente, à contabilização dos fundos não utilizados, referidos no número anterior, em função do controlo da assiduidade e do serviço efetivamente prestado. -----
- 3. A verba em excesso será comunicada à Câmara, que procederá ao seu desconto na importância a transferir no mês seguinte, nos termos do nº 1. -----
- 4. A CERCÍ terá direito a uma importância mensal de 1 500 €, a título de compensação, a processar nos termos do nº 1. -----
- Cláusula Sétima -----
- Deveres de informação-----
- Durante a vigência do presente protocolo as partes obrigam-se reciprocamente a prestar todas as informações necessárias à boa execução da parceria. -----
- Cláusula Oitava -----
- Vigência-----
- O presente protocolo vigora durante o ano letivo de 2012-2013". -----
- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 07/VAMF/2012 foi aprovada por unanimidade. -----
- 2. PROPOSTA N.52/P/2012:-----
- O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando que: -----
---a Proposta 54/P/2006 (anexo 1) aprovou a adjudicação definitiva da hasta pública de um prédio municipal denominado "Caldeiras" em que o pagamento seria feito por permuta pela entrega ao município dos seguintes Equipamentos prontos a utilizar:-----
---a) Mercado Diário;-----
---b) Terminal de Transportes, -----
---a mesma Proposta aprovou os Orçamentos destes Equipamentos (anexos 2 e 2A):-----
---por força das várias reuniões com os Concessionários do Transporte Público Rodoviário e Operadores de Táxis houve que proceder a alteração e ampliação do espaço destinado ao Terminal conforme peças desenhadas anexas (3 e 3 A)";-----
---"Proponho que:-----
---Que a Câmara aprobe o Orçamento apresentado e visado pelos Técnicos do DIOM, relativo às obras já realizadas e que ascende a 45.428,10€ (montante que cobre o remanescente do valor global da Hasta consignado ao Terminal-39.849,39€ com IVA incluído);-----
---Aprove a receção das Obras já realizadas do referido Equipamento".-----
---Uma vez posta a votação a Proposta n.º52/P/2012 foi aprovada com seis votos a favor (Grupo PS+CDU) e uma abstenção do CPFNT.-----
---3.PROPOSTA N.32/VP/2012:-----
---O Senhor Vice-Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----
---"Considerando que:-----
---a)A Câmara Municipal de Azambuja, por deliberação de 19 de Julho de 2011, aprovou o Projeto de Regulamento da Colónia Balnear de Azambuja, que foi submetido a apreciação pública, tendo sido publicado na 2.ª Série do diário da República n.º 148, de 3 de Agosto de 2011 – Edital n.º 757/2011;-----
---b)Que, com base nas sugestões apresentadas, e de acordo com a indicação do Instituto Português da Juventude, foi reformulado o projeto de regulamento, que passa a ter a redação que junto se anexa".-----
---"PROPONHO:-----
---Que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei das Autarquias Locais – Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5 – A/2002, de 11 de Março –, delibere propor à Assembleia Municipal a aprovação do Regulamento do Programa de Férias do Município de Azambuja, em anexo à presente proposta".-----
---"REGULAMENTO DO PROGRAMA DE FÉRIAS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA-----
---NOTA JUSTIFICATIVA-----
---Numa lógica de promoção e dinamização de atividades de ocupação de tempos livres por parte do Município de Azambuja, surge a organização do programa de férias para crianças e jovens. Este programa visa constituir uma ocupação saudável das crianças e jovens deste concelho, sobretudo as mais carenciadas e desprotegidas, no âmbito do atual contexto global de crise económica e financeira.-----
---Este Município encontra-se consciente da importância de que se reveste a prestação de apoio social aos seus munícipes, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social, e por esse motivo pretende criar várias respostas de apoio às famílias que se encontrem em situação de crise económica.-----
Assim, e no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Março, a Assembleia Municipal de Azambuja aprova o seguinte regulamento:-----
---CAPÍTULO I-----
---DISPOSIÇÕES GERAIS-----
---Artigo 1.º-----
---Objeto-----



---1.O presente regulamento estabelece as regras de funcionamento do programa de férias para crianças e jovens, promovido pela Câmara Municipal de Azambuja, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de Março.-----

---2.O programa de férias consiste num conjunto de atividades de carácter recreativo, educativo, cultural e desportivo a realizar durante períodos não lectivos, destinado a crianças e jovens pertencentes a estratos sociais desfavorecidos, não implicando alojamento fora da residência habitual dos participantes.-----

---Artigo 2.º-----

---Objetivos-----

---São objetivos do programa de férias organizado pelo Município:-----

---a)Proporcionar o desenvolvimento pessoal e social de crianças e jovens em situação de risco ou famílias carenciadas residentes na área do Município de Azambuja;-----

---b)Fomentar o sentido de entreajuda e convivência saudável dos participantes;-----

---c)Fomentar a integração de todos os participantes, através do seu envolvimento nas atividades culturais, desportivas e recreativas;-----

---d)Desenvolver atitudes de desenvolvimento pessoal dos participantes na vertente da sua auto-estima, capacidade de iniciativa, sentido de responsabilidade e criatividade.-----

---Artigo 3.º-----

---Destinatários-----

---1.O programa de férias destina-se a crianças e jovens residentes na área do Município de Azambuja entre os 6 e os 16 anos de idade, completos à data da realização das atividades, que se encontrem em situação de risco social ou sejam provenientes de estratos sociais desfavorecidos, que sejam sinalizadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Azambuja ou pelo Núcleo de Vila Franca de Xira do Instituto de Segurança Social.-----

---2.Podem ainda participar no programa de férias crianças e jovens em situação de carência económica, mediante inscrição direta nos serviços municipais e realização de avaliação da situação económica nos termos do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos.-----

---3.O programa de férias tem um número máximo de 45 participantes por quinzena, organizados por equipas dos seis aos dez anos de idade e dos dez aos dezasseis anos de idade.-----

---Artigo 4.º-----

---Duração e Horário-----

---A calendarização, horários e condições de transporte são estabelecidos anualmente no plano de atividades.-----

---Artigo 5.º-----

---Inscrições-----

---1.As inscrições dos participantes são efetuadas junto da entidade organizadora, mediante a apresentação dos seguintes documentos:-----

---a)Bilhete de identidade, cartão de cidadão, assento de nascimento ou título de residência;-----

---b)Ficha de inscrição devidamente assinada pelo encarregado de educação ou representante legal;-----

---c)Cópia do boletim de vacinas devidamente atualizado;-----

---d)No caso dos participantes referidos no n.º 2 do artigo 4.º, os documentos previstos no Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos para avaliação da situação económica.-----

---2.A inscrição no programa de férias é gratuita.-----

---3.No ato de inscrição será facultada toda a documentação que contenha informação sobre a promoção e organização do programa de férias.-----

---CAPÍTULO II-----

---EQUIPA TÉCNICA-----

- Artigo 6.º-----
- Composição da equipa técnica-----
- 1.O funcionamento do programa de férias é assegurado por uma equipa técnica com a seguinte composição:-----
- a)Um coordenador;-----
- b)Um monitor ou animador para cada conjunto de 6 participantes de idade inferior a 10 anos;--
- c)Um monitor ou animador para cada conjunto de 10 participantes de idade compreendida entre os 10 e os 16 anos.-----
- 2.Pelo menos um dos elementos da equipa técnica deverá ser detentor de aptidão e certificação em suporte básico de vida.-----
- 3.Compete à Câmara Municipal recrutar os elementos que constituem a equipa técnica, de entre pessoas com idoneidade e habilitados ao desempenho das funções a desempenhar.-----
- 4.Os monitores devem apresentar cópia do registo criminal no momento do recrutamento.-----
- Artigo 7.º-----
- Competências do coordenador-----
- 1.O coordenador é o responsável pela superintendência técnica, pedagógica e administrativa das atividades.-----
- 2.Compete ao coordenador:-----
- a)Executar o cronograma das atividades;-----
- b)Coordenar a ação da equipa técnica;-----
- c)Assegurar o cumprimento do presente regulamento e da legislação aplicável;-----
- d)Zelar pela prudente utilização dos equipamentos e pela boa conservação das instalações;---
- e)Manter permanentemente disponível e garantir o acesso da ASAE à informação referida no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 32/2011, de 7 de Março;-----
- f)Garantir o cumprimento das normas de saúde, higiene e segurança.-----
- Artigo 8.º-----
- Competências dos monitores-----
- Compete aos monitores ou animadores acompanhar os participantes durante a realização das atividades do programa de férias, de acordo com o previsto no plano de atividades, bem como:--
- a)Cumprir e assegurar o cumprimento por parte dos participantes das normas de saúde, higiene e segurança;-----
- b)Zelar pela boa conservação, manutenção e utilização dos equipamentos e materiais a utilizar pelos participantes;-----
- c)Coadjuvar o coordenador na organização das atividades do programa de férias e executar as suas instruções;-----
- d)Verificar a adequação e as condições de conservação e de segurança dos materiais a utilizar pelos participantes, bem como zelar pela manutenção dessas condições.-----
- Artigo 7.º-----
- Competências da Câmara Municipal-----
- 1.Compete à Câmara Municipal, através dos serviços competentes para o efeito:-----
- a)Elaborar o plano de atividades;-----
- b)Decidir sobre as atividades a realizar, estabelecendo a sua calendarização e escolhendo os locais onde estas decorrem;-----
- c)Recrutar o coordenador e os monitores;-----
- d)Acompanhar as atividades do programa de férias, intervindo sempre que seja necessário a garantir o seu bom funcionamento;-----
- e)Fornecer diariamente dois lanches a cada participante, compostos por produtos adequados à idade dos participantes e à natureza das atividades;-----
- f)Instruir e manter disponível um ficheiro atualizado no qual constem os seguintes documentos:-----

- i. Cronograma de atividades; -----
- ii. Plano de atividades; -----
- iii. Regulamento interno; -----
- iv. Lista identificativa dos participantes e respetiva idade; -----
- v. Contatos e declaração de autorização dos pais ou representantes legais dos jovens menores; -----
- vi. Apólices dos seguros obrigatórios; -----
- vii. Contatos dos centros de saúde, hospitais, autoridades policiais e corporações de bombeiros mais próximos dos locais onde se realizem as atividades; -----
- viii. Ficha sanitária individual; -----
- ix. Identificação do pessoal técnico, documentos comprovativos das respetivas qualificações e declaração que confirme a aptidão física e psíquica para o desempenho das funções, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 242/2009, de 16 de Setembro; -----
- a) Aplicar as sanções pelo incumprimento do disposto no presente regulamento e promover as demais formas de responsabilização prevista na lei por atos praticados durante a realização do programa de férias; -----
- CAPÍTULO III -----
- DIREITOS E DEVERES DOS INTERVENIENTES NO PROGRAMA DE FÉRIAS -----
- Artigo 8.º -----
- Direitos e deveres do coordenador -----
- 1. O coordenador tem direito a: -----
- a) Ser tratado com respeito e urbanidade pelos participantes; -----
- b) Ser informado e esclarecido sobre o presente regulamento e sobre o plano de atividades, bem como das consequências do seu incumprimento; -----
- c) Receber uma retribuição ou compensação pelo desempenho da sua função; -----
- d) Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais e de um seguro de responsabilidade civil enquanto durar o programa de férias; -----
- e) Acesso às fichas de inscrição dos participantes. -----
- 2. O coordenador tem o dever de: -----
- a) Manter um comportamento ajustado à natureza e às exigências da função; -----
- b) Cumprir os horários estabelecidos; -----
- c) Controlar a assiduidade dos monitores; -----
- d) Intermediar a relação entre os monitores e os participantes; -----
- Artigo 9.º -----
- Direitos e deveres dos monitores -----
- 1. Os monitores têm direito a: -----
- a) Serem tratados com respeito e urbanidade pelos participantes; -----
- b) Serem informados e esclarecidos sobre o presente regulamento e sobre o plano de atividades, bem como das consequências do seu incumprimento; -----
- c) Retribuição ou compensação pelo desempenho da sua função; -----
- d) Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais e de um seguro de responsabilidade civil enquanto durar o programa de férias; -----
- 2. Os monitores têm o dever de: -----
- a) Manter um comportamento ajustado à natureza e às exigências da função; -----
- b) Cumprir os horários estabelecidos; -----
- c) Manterem-se informados sobre o plano de atividades e sobre o cronograma de atividades; --
- d) Fazer o registo diário de assiduidade dos participantes e prestar a respetiva informação ao coordenador; -----
- e) Assegurar a vigilância do seu grupo de participantes e promover a animação do mesmo, orientando-o para atividades lúdicas e de lazer; -----

---f) Informar os participantes sobre as regras de funcionamento do programa de férias e assegurar o seu cumprimento;-----

---Artigo 10.º-----

---Direitos e deveres dos participantes-----

---1. Os participantes têm o direito de:-----

---a) Ser informados e esclarecidos sobre as regras de funcionamento do programa de férias, bem como das consequências do seu incumprimento;-----

---b) Ser acompanhados por uma equipa técnica habilitada ao desempenho das suas funções;-----

---c) Participar nas atividades previstas na calendarização previamente estabelecida, que estimulem os seus hábitos de cooperação, participação e convivência;-----

---d) Beneficiar de dois lanches diários, compostos por produtos adequados à sua idade e à natureza das atividades;-----

---e) Beneficiar de um seguro de acidentes pessoais durante a duração do programa de férias.-----

---2. Os participantes têm o dever de:-----

---a) Cumprir as regras de funcionamento do programa de férias;-----

---b) Tratar os membros da equipa técnica com respeito e urbanidade e acatar as suas instruções e indicações;-----

---c) Respeitar os demais participantes;-----

---d) Comparecer pontualmente à hora indicada nos locais de recolha e transporte, cumprindo os horários estabelecidos;-----

---e) Zelar pelos seus pertencentes e não danificar ou utilizar indevidamente os equipamentos e objetos utilizados na realização das atividades e no transporte.-----

---Artigo 11.º-----

---Direitos e deveres dos pais e encarregados de educação-----

---1. Os pais e encarregados de educação têm o direito de:-----

---a) Conhecer a equipa técnica responsável pela condução das atividades do programa de férias;-----

---b) Tomar conhecimento de toda a informação relativa às atividades a realizar, aos locais onde decorrem e às condições físicas e logísticas dos espaços e equipamentos utilizados, bem como a ser informados sobre qualquer incidência registada no decorrer das atividades;-----

---2. Os pais e encarregados de educação têm o dever de:-----

---a) Assegurar a presença dos seus educandos nos locais de recolha e transporte às horas indicadas para o efeito;-----

---b) Assegurar que os seus educandos se apresentem com o vestuário e material de apoio necessários às atividades programadas, de acordo com a informação prestada pela equipa técnica;-----

---c) Incutir nos seus educandos o respeito pela equipa técnica e pelos demais participantes;-----

---d) Informar a equipa técnica sobre qualquer facto importante relativo ao seu educando, designadamente no que se refere a doenças, incapacidades, necessidade específicas de alimentação ou outras, bem como de qualquer facto que condicione a participação nas actividades.-----

---CAPÍTULO IV-----

---FUNCIONAMENTO-----

---Artigo 12.º-----

---Programação das atividades-----

---As atividades obedecem à programação previamente estabelecida no respetivo cronograma, sem prejuízo das alterações que se mostrem necessárias por motivos alheios ao Município, designadamente de natureza técnica, logística ou meteorológica.-----

---Artigo 13.º-----

---Refeições-----

---1. Sem prejuízos do disposto no número seguinte, as refeições são da responsabilidade dos participantes. -----

---2. A organização disponibiliza diariamente aos participantes dois lanches, compostos por produtos adequados à idade dos participantes e à natureza das atividades. -----

---Artigo 14.º-----

---Material de Apoio -----

---1. O participante deverá fazer-se acompanhar do material de apoio adequado a cada atividade, designadamente:-----

---a) Vestuário e calçado adequado; -----

---b) Chapéu;-----

---c) Toalha de praia; -----

---d) Garrafa de água; -----

---e) Protetor Solar;-----

---f) Almoço. -----

---2. Os participantes sujeitos a medicação de acompanhamento deverão fazer-se acompanhar de declaração médica com averbamentos de prescrição e toma.-----

---Artigo 15.º-----

---Proibições-----

---É proibido aos participantes no programa de férias usar, transportar ou fazer-se acompanhar por:-----

---a) Bebidas alcoólicas. -----

---b) Medicamentos, exceto nos casos em que o participante se encontre medicado, devendo, nestes casos, os medicamentos, a prescrição/declaração médica ou declaração do representante legal, ser entregues ao monitor ou coordenador do programa de férias. -----

---c) Objetos cortantes, tais como canivetes, navalhas ou outros similares; -----

---d) Quaisquer objetos que ponham em perigo a segurança dos demais intervenientes. -----

---Artigo 15.º-----

---Infrações ao regulamento e despesas extraordinárias-----

---1. Os serviços da Câmara Municipal responsáveis pela execução do programa de férias podem suspender qualquer participante ou membro da equipa técnica das atividades pela totalidade do período de duração do programa de férias ou por apenas parte desse período sempre que se verifique uma violação dos deveres previstos no presente regulamento que comprometam que constituam ofensa aos direitos dos demais intervenientes ou inviabilizem o normal decorrer das atividades. -----

---2. A suspensão é precedida de relatório assinado pelo coordenador, descriminando as infrações praticadas, e por comunicação escrita do facto ao encarregado de educação ou ao elemento da equipa técnica infrator, entregue pessoalmente ou por qualquer via eficaz para o efeito, para que sobre ele se pronuncie no prazo de 24 horas. -----

---3. A não receção ou recusa da receção, bem como a não pronúncia, nos termos do número anterior, não prejudica a tomada de decisão. -----

---4. A suspensão pode ser determinada preventivamente e com efeitos imediatos durante o prazo de pronúncia e até à tomada de decisão. -----

---5. As eventuais despesas extraordinárias decorrentes de infrações ao disposto no presente regulamento ou de incumprimento das obrigações nele previstas, designadamente por danos materiais ou despesas médicas, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores ou representantes legais. -----

---Artigo 16.º-----

---Disposições finais-----

---1. A Câmara Municipal não se responsabiliza pela perda ou danificação de objetos pessoais.---

---2.É disponibilizado um livro de reclamações na Unidade de Atendimento ao Público do Município de Azambuja, sita na Travessa da Rainha, nº 3. 2050 Azambuja. -----

---3.O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação nos termos legais". ---

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º32/VP/2012 foi aprovada por unanimidade. -----

---4.PROPOSTA N.31/VP/2012:-----

---O Senhor Vice-Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando: -----

---O pedido apresentado pela Catarina Almeida Lamas, residente em Vila Nova de São Pedro, para a realização de um estágio curricular, por um período de 390 a 480 horas, na área de Serviço Social. Com início em Setembro de 2012 e termo em Fevereiro de 2013". -----

---"Proponho: -----

---Que a Câmara delibere aceitar a realização do estágio curricular, por um período de 390 a 480 horas, ao aluno Catarina Almeida Lamas, na área de Serviço Social". -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º31/VP/2012 foi aprovada por unanimidade. -----

---5.PROPOSTA N.10/VSL/2012:-----

---O Senhor Vereador Silvino Lúcio apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

---"Considerando: -----

---Que o Município de Benavente e Coruche, por ofício e mensagem de correio eletrónico de que se juntam cópias em anexo, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Azambuja para o transporte de cavalos e cabrestos, nos dias 17 e 18 de Agosto, uma vez que decorrem nestas datas festejos naquela autarquia; -----

---Que o Município do Cartaxo, por meio de ofício de que se junta cópia em anexo, solicitou o apoio da Câmara Municipal de Azambuja para o transporte de massas betuminosas a frio. -----

---Que entre os municípios tem sido habitual a colaboração ao nível de cedência de viaturas pesadas para o transporte de cavalos, gado e matérias-primas, quer durante as festividades naquelas autarquias, quer para fazer face às suas diversas atividades; -----

---Que a colaboração institucional entre as entidades é fundamental para o desenvolvimento das suas atividades, e com vista a permitir uma gestão mais eficiente dos seus recursos". -----

---"Assim, proponho: -----

---Que a câmara delibere nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, ratificar os despachos do Sr. Presidente de 06/08/2012, e de 16/08/2012, nos termos dos quais se cedeu gratuitamente ao Município de Benavente, Coruche e Cartaxo as viaturas para o transporte solicitado. -----

---Junta: Cópia de 3 documentos". -----

---Uma vez posta a votação a Proposta n.º10/VSL/2012 foi aprovada por unanimidade. -----

---6.Informações: -----

---6.1.Departamento de Administração e Finanças-Divisão Financeira-Contabilidade-Resumo Execução Orçamental-Período:1 de Janeiro a 21 de Agosto de 2012-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

---6.2.Departamento de Administração e Finanças-Divisão Financeira-Aprovisionamento-Adjudicação de bens e Serviços de valor≥25.000 euros-Período:27-07-2012 a 23-08-2012---

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

---6.3.Departamento de Administração e Finanças-Informação N.11/P/2012/DAF-Modificação ao Orçamento. -----

---A Câmara tomou conhecimento. -----

---6.4.Departamento de Urbanismo-Despachos do Mês de Julho de 2012.-----

---A Câmara tomou conhecimento. -----

---6.5.Informação EMIA-N.83/2012-Despedimento Coletivo. -----

---A Câmara tomou conhecimento. -----

---Para conhecimento geral se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.-----

-----Gabinete de Apoio ao Presidente, 29 de Agosto de 2012.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Azambuja-----


-----Joaquim António Ramos (Dr.)-----